



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – SEB
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO – SECADI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

Nota Técnica Conjunta nº 2/2018 (SEB/SECADI/SETEC/FNDE)

PROCESSO Nº 23034.051855/2018-44

INTERESSADO: MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTERIO DA FAZENDA

I ASSUNTO

1 Metodologia para definição dos critérios de filtragem do quantitativo de matrículas do Censo Escolar de 2018, para fins de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2019.

II REFERÊNCIAS

- Lei nº 11.494, de 20.06.2007;
- Lei nº 8.069, de 17.07.1990;
- Decreto nº 6.253, de 13.11.2007;
- Decreto nº 7.611, de 17.11.2011;
- Portaria MEC nº 43, de 11.01.2008;
- Portaria MEC nº 1.071, de 20.11.2015^[1];
- Portaria MEC nº 1.344, de 20.11.2016, que altera a Portaria MEC nº 1.071, de 20.11.2015;
- Resolução MEC nº 1, de 06.12.2018.

III UNIVERSO E INFORMAÇÕES BÁSICAS UTILIZADAS NA CONSIDERAÇÃO DAS MATRÍCULAS

Conforme as normas da legislação específica, nos mecanismos operacionais de distribuição dos recursos do Fundeb, são consideradas exclusivamente as **matrículas presenciais efetivas** constantes do Censo Escolar mais atualizado, na forma do art. 9º da Lei 11.494/2007, observado o atendimento do ente governamental (estadual e municipal) no **âmbito de atuação prioritária** que lhe compete, segundo definidos no § 1º do mesmo artigo. Portanto, para identificação dos dados a serem considerados, tomou-se por base o seguinte universo de informações:

1. Matrículas Presenciais Públicas

Matrículas em cursos presenciais das instituições públicas estaduais e municipais e do Distrito Federal, de forma que:

- Nos Estados: são consideradas as matrículas do Ensino Fundamental e Médio;
- Nos Municípios: são consideradas as matrículas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- No Distrito Federal: são consideradas as matrículas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio.

2. Matrículas em Instituições Conveniadas

São consideradas as matrículas mantidas em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, em creche, pré-escola, educação especial, bem como em instituições credenciadas que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 15 do Dec. nº 6.253/2007, conveniadas com o poder público, a saber:

2.1. Creche (art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 11.494/2007)

- Matrículas de instituições conveniadas exclusivamente com Municípios ou com o Distrito Federal;
- Matrículas de instituições conveniadas com Estado e Município, simultaneamente, sendo consideradas somente as matrículas no âmbito da esfera de governo municipal ou do Distrito Federal.

2.2. Pré-Escola (art. 8º, § 3º, da Lei nº 11.494/2007)

- Matrículas de instituições conveniadas exclusivamente com Municípios ou com o Distrito Federal;
- Matrículas de instituições conveniadas com Estado e Município, simultaneamente, sendo consideradas somente as matrículas no âmbito da esfera de governo municipal ou do Distrito Federal.

2.3. Educação Especial (art. 8º, § 4º, da Lei nº 11.494/2007)

Consideradas as matrículas oferecidas por instituições com atuação exclusiva na modalidade (educação especial), conforme § 4º, Art. 8º da Lei 11.494), as quais incluem:

2.3.1. Educação Infantil

- Matrículas em instituições conveniadas exclusivamente com Municípios ou com o Distrito Federal;
- Matrículas em instituições conveniadas com Estado e Município, simultaneamente, sendo consideradas somente as matrículas no âmbito da esfera de governo municipal ou do Distrito Federal.

2.3.2. Ensino Fundamental e EJA Fundamental

- Matrículas em instituições conveniadas com Município, Estado ou Distrito Federal, isoladamente, as quais são consideradas na respectiva esfera de governo conveniente;
- Matrículas em instituições conveniadas com Estado e Município, simultaneamente, as quais são apreendidas/atingidas no percentual de 50% para cada esfera de governo conveniente.

2.3.3. Ensino Médio e EJA Médio

- Matrículas em instituições conveniadas exclusivamente com o Estado ou com o Distrito Federal;
- Matrículas em instituições conveniadas com Estado, Distrito Federal e Município, simultaneamente, sendo consideradas somente as matrículas no âmbito da esfera de governo estadual ou do Distrito Federal.

2.4. Formação por alternância (Art. 8º, § 1º, II, da Lei nº 11.494/2007)^[2]

Consideradas as matrículas da educação no campo oferecidas em instituições credenciadas que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, as quais incluem:

2.4.1. Ensino Fundamental – Séries Finais

- Matrículas em instituições conveniadas com Município, Estado ou Distrito Federal, isoladamente, as quais são consideradas na respectiva esfera de governo conveniente;
- Matrículas em instituições conveniadas com Estado e Município, simultaneamente, as quais são apreendidas/atingidas no percentual de 50% para cada esfera de governo conveniente.

2.4.2. EJA Fundamental

- Matrículas em instituições conveniadas com Município, Estado ou Distrito Federal, isoladamente, as quais são consideradas na respectiva esfera de governo conveniente;
- Matrículas em instituições conveniadas com Estado e Município, simultaneamente, as quais são apreendidas/atingidas no percentual de 50% para cada esfera de governo conveniente.

2.4.3. Ensino Médio e EJA Médio

- Matrículas em instituições conveniadas exclusivamente com o Estado ou com o Distrito Federal;
- Matrículas em instituições conveniadas com Estado, Distrito Federal e Município, simultaneamente, sendo consideradas apenas as matrículas no âmbito da esfera de governo estadual ou do Distrito Federal.

2.4.4. Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional)

- Matrículas em instituições conveniadas exclusivamente com o Estado ou com o Distrito Federal;
- Matrículas em instituições conveniadas com Estado, Distrito Federal e Município, simultaneamente, sendo consideradas apenas as matrículas no âmbito da esfera de governo estadual ou do Distrito Federal.

2.4.5. Curso Técnico Integrado na modalidade EJA (EJA integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com avaliação no processo)

- Matrículas em instituições conveniadas exclusivamente com o Estado ou com o Distrito Federal;
- Matrículas em instituições conveniadas com Estado, Distrito Federal e Município, simultaneamente, sendo consideradas apenas as matrículas no âmbito da esfera de governo estadual ou do Distrito Federal.

3. Matrículas no Atendimento Educacional Especializado - AEE

Em relação ao AEE são considerados no FUNDEB:

- Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 1º, Dec. 7.611/2011);
- Alunos matriculados na escolarização em classes comuns do Ensino Regular (Art. 9º-A do Dec. nº 6.253/2007) ou Educação de Jovens e Adultos (Art. 3º, IV, Dec. 7.611/2011), em escolas públicas municipais, estaduais ou do Distrito Federal;
- Matrícula no AEE, complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em escolas públicas estaduais, municipais, do Distrito Federal ou em instituições privadas, confessionais, comunitárias ou filantrópicas, com atuação exclusiva na Educação Especial (Art.9-A, § 2º, Dec.6.253/2007);
- Matrícula de AEE no mesmo município da escolarização;
- Matrícula de AEE em horário distinto ao da escolarização (Art. 2º, § 1º, I e II, Dec. 7.611/2011).

IV DESDOBRAMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM SEGMENTOS

Para fins de operacionalização do Fundeb a Educação Básica é desdobrada em todas as suas etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e modalidades (regular, especial, jovens e adultos e profissional - técnico e tecnológico), por localização (urbana e no campo), por esfera administrativa (pública e conveniada/privada), e esfera de governo (estadual e municipal), aqui tratados genericamente por “segmentos”. Tal desdobramento totaliza 19 (dezenove) segmentos e obedece ao disposto no art. 10 c/c art. 36, § 2º, da Lei nº 11.494/2007, os quais são utilizados para fins de atribuição de fatores de ponderação distintos que, por sua vez, estabelecem diferenciações de valores financeiros por aluno/ano, a serem considerados na distribuição dos recursos do Fundo.

Os segmentos educacionais, e os correspondentes fatores de ponderação vigentes em 2019, definidos por meio da Resolução MEC nº 1, de 06.12.2018, são:

Segmentos Educacionais	Fatores de Ponderação 2019
1. Creche em tempo integral pública	1,30
2. Creche em tempo integral conveniada	1,10

3. Pré-Escola em tempo integral (pública e conveniada)	1,30
4. Creche em tempo parcial pública	1,15
5. Creche em tempo parcial conveniada	0,80
6. Pré-escola em tempo parcial (pública e conveniada)	1,05
7. Anos iniciais do ensino fundamental urbano	1,00
8. Anos iniciais do ensino fundamental no campo	1,15
9. Anos finais do ensino fundamental urbano	1,10
10. Anos finais do ensino fundamental no campo	1,20
11. Ensino fundamental em tempo integral	1,30
12. Ensino médio urbano	1,25
13. Ensino médio no campo	1,30
14. Ensino médio em tempo integral	1,30
15. Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional)	1,30
16. Educação especial	1,20
17. Educação indígena e quilombola	1,20
18. Educação de jovens e adultos com avaliação no processo	0,80
19. Curso Técnico Integrado na modalidade EJA (EJA integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio)	1,20

A seguir são detalhados os critérios de categorização e consideração das matrículas para cada um desses 19 segmentos.

1. Creche em tempo integral pública - com ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas oferecidas na escolarização, em creches públicas municipais e do Distrito Federal, em turno escolar de duração igual ou superior a sete horas diárias, de localização urbana ou rural. Por este segmento apresentar ponderação superior, não foram deduzidas as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a).

2. Creche em tempo integral conveniada - com ponderação de 1,10 (um inteiro e dez centésimos) inclui:

- Soma das matrículas em creches comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, em turno escolar de duração igual ou superior a sete horas diárias, de localização urbana ou rural, conveniadas com o poder público municipal ou do Distrito Federal, conforme detalhado no item III.2.1. desta Nota. Por este segmento apresentar ponderação inferior, as matrículas da educação especial (item IV.16.b) foram deduzidas deste item e consideradas naquele segmento, com fator de ponderação restrito a 1,20 e considerada matrícula única.

3. Pré-Escola em tempo integral

a) Pública – com ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas em pré-escolas públicas municipais e do Distrito Federal, em turno escolar de duração igual ou superior a sete horas diárias, de localização urbana e rural. Por este segmento apresentar ponderação superior, não foram deduzidas as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a).

b) Conveniada com o poder público - ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma das matrículas em pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, em turno escolar de duração igual ou superior a sete horas diárias, de localização urbana e rural, conveniadas com o poder público municipal ou do Distrito Federal, conforme detalhado no item III.2.2. Apesar deste segmento apresentar ponderação superior, foram deduzidas as matrículas de educação especial (item IV.16.b), devido ao condicionamento da Educação Especial conveniada ao atendimento exclusivo, com fator de ponderação restrito a 1,20, com matrícula única.

4. Creche em tempo parcial pública - ponderação de 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas em creches públicas municipais e do Distrito Federal, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias, de localização urbana e rural. Por este segmento apresentar ponderação inferior, foram deduzidas deste item, as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

5. Creche em tempo parcial conveniada com o poder público - ponderação de 0,80 (oitenta centésimos) inclui:

- Soma das matrículas em creches comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias, de localização urbana e rural, conveniada com o poder público municipal ou do Distrito Federal, conforme detalhado no item III.2.1. desta Nota. Por este segmento apresentar ponderação inferior, as matrículas da Educação Especial (item IV.16.b) foram deduzidas deste item e consideradas naquele segmento.

6. Pré-Escola em tempo parcial

a) Pública - ponderação de 1,05 (um inteiro e cinco centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas em pré-escolas públicas municipais e do Distrito Federal, em turno escolar inferior a sete horas diárias, de localização urbana e rural. Por este segmento apresentar ponderação inferior, foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

b) Conveniada com o poder público - ponderação de 1,05 (um inteiro e cinco centésimos) inclui:

- Soma das matrículas em pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias, de localização urbana ou rural, conveniadas com o poder público municipal ou do Distrito Federal, conforme detalhado no item III.2.2. desta Nota. Por este segmento apresentar ponderação inferior, as matrículas da Educação Especial (item IV.16.b) foram deduzidas deste item e consideradas naquele segmento.

7. Anos iniciais do Ensino Fundamental urbano - ponderação de 1,00 (um inteiro) inclui:

- Soma do número de matrículas do ensino regular da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental em oito anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em nove anos, dos estabelecimentos públicos municipais, estaduais e do Distrito Federal, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias, de localização urbana. Por este segmento apresentar ponderação inferior, foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

8. Anos iniciais do Ensino Fundamental no campo - ponderação de 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Ensino Regular da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental em oito anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em nove anos, dos estabelecimentos públicos municipais, estaduais e do Distrito Federal, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias, de localização rural. Por este segmento apresentar ponderação inferior, foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

9. Anos finais do Ensino Fundamental urbano - ponderação de 1,10 (um inteiro e dez centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do ensino regular da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental em oito anos e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em nove anos, dos estabelecimentos públicos municipais, estaduais e do Distrito Federal, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias, de localização urbana. Por este segmento apresentar ponderação inferior, foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

10. Anos finais do Ensino Fundamental no campo - ponderação de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Ensino Regular da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental em oito anos e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em nove anos, dos estabelecimentos públicos municipais, estaduais e do Distrito Federal, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias, de localização rural. Por apresentarem ponderações equivalentes, foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

11. Ensino Fundamental em Tempo Integral^[3]

a) Pública - ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Ensino Fundamental, em turno escolar igual ou superior a sete horas diárias, dos estabelecimentos públicos municipais, estaduais e do Distrito Federal, de localização urbana e rural. Por este segmento apresentar ponderação superior, não foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a).

b) Conveniada - ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Ensino Fundamental séries finais, em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, de localização rural, conveniadas com o poder público municipal, estadual ou do Distrito Federal. Por este segmento apresentar ponderação superior, não foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.b), Indígena e Quilombola (item IV.17.b).

12. Ensino Médio Urbano - com ponderação de 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Ensino Médio, dos estabelecimentos públicos estaduais e do Distrito Federal, de localização urbana, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias. Por apresentar ponderação superior, não foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a).

13. Ensino Médio no Campo

a) Pública - ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Ensino Médio, dos estabelecimentos públicos estaduais e do Distrito Federal, de localização rural, em turno escolar de duração inferior a sete horas diárias. Por este segmento apresentar uma ponderação superior,

não foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a).

b) Conveniada - ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Ensino Médio, em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, de localização rural, conveniadas com o poder público estadual ou do Distrito Federal. Por este segmento apresentar uma ponderação superior, não foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.b), Indígena e Quilombola (item IV.17.b).

14. Ensino Médio em Tempo Integral^[3] - ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Ensino Médio, dos estabelecimentos públicos estaduais e do Distrito Federal, em turno escolar de duração igual ou superior a sete horas diárias, de localização urbana e rural. Por este segmento apresentar uma ponderação superior, não foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a).

15. Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional)

a) Pública - ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional), dos estabelecimentos públicos estaduais e do Distrito Federal, de localização urbana e rural. Por este segmento apresentar uma ponderação superior, não foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a).

b) Conveniada - ponderação de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas do Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional), em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, de localização rural, conveniadas com o poder público estadual ou do Distrito Federal. Por este segmento apresentar uma ponderação superior, não foram deduzidas deste item as matrículas da Educação Especial (item IV.16.b), Indígena e Quilombola (item IV.17.b).

16. Educação Especial

a) Pública - ponderação de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, efetivadas em classes comuns ou em classes especiais do ensino regular, e em escolas especiais ou especializadas de localização urbana e rural, desagregado por etapa e modalidade de ensino, a saber:

I. Esfera de Governo Municipal e/ou DF

- Creche em Tempo Parcial
- Pré-Escola em Tempo Parcial
- Ensino Fundamental em Tempo Parcial
- EJA Fundamental Presencial.

II. Esfera de Governo Estadual e/ou DF

- Ensino Fundamental em Tempo Parcial
- EJA Fundamental e Médio Presenciais
- Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com avaliação no processo).

- Neste segmento, por apresentarem ponderações iguais ou superiores, não foram computadas as matrículas da Creche em tempo integral (item IV.1), Pré-Escola em

tempo integral (item IV.3.a), do Ensino Fundamental em tempo integral (item IV.11.a), do Ensino Médio urbano (item IV.12), do Ensino Médio no campo (item IV.13.a), do Ensino Médio em tempo integral (item IV.14), do Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional) (item IV.15.a) e da Educação Indígena e Quilombola (item IV.17.a).

b) Conveniada com o poder público - ponderação de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) inclui:

- Soma das matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na Educação Especial, em todas as etapas e modalidades de ensino, de localização urbana e rural, conveniadas com o poder público competente, conforme detalhado no item III.2.3. da presente Nota. Apesar deste segmento apresentar ponderação inferior, não foram deduzidas as matrículas da Pré-Escola em tempo integral (item IV.3.b), devido ao condicionamento da Educação Especial conveniada ao atendimento exclusivo, com fator de ponderação restrito a 1,20 e com matrícula única.

c) Atendimento Educacional Especializado (AEE) – ponderação de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos):

- Soma das matrículas de Atendimento Educacional Especializado em escolas públicas de Ensino Regular ou em instituições públicas ou privadas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos com atuação exclusiva na Educação Especial, conveniadas com o poder público competente, desde que o aluno possua matrícula em classes comuns do Ensino Regular da rede pública, em qualquer etapa e/ou modalidade, conforme detalhado no item III.3 da nota. No cômputo das matrículas de AEE das instituições privadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público foram considerados os âmbitos de atuação definidos no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 11.494, de 2007, para a correspondente matrícula do Ensino Regular da rede pública.
- A distribuição do recurso do Fundeb relativo à matrícula do AEE ocorrerá apenas uma vez, independente do número de matrículas que o aluno tenha no AEE, considerando única a matrícula de escolarização.
- As regras darão prioridade às instituições públicas (estaduais e municipais) da mesma rede da escolarização e, na ausência delas, a prioridade seguinte será a instituição pública de outra rede e, por fim, as matrículas ofertadas pelas instituições conveniadas.
- Dessa forma, serão consideradas para o cálculo do Fundeb as seguintes situações relativas à escolarização dos estudantes, público da Educação Especial e ao AEE:

- AEE na Rede Pública:

- **Quando a escolarização for única ou várias em somente uma esfera de governo, e o AEE for na mesma esfera de governo, considerar-se-á a matrícula nessa esfera de governo.** (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos médio, Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível Médio e Curso FIC integrado na modalidade EJA – nível fundamental);
- **Quando a escolarização for única ou várias em somente uma esfera de governo, e o AEE for em esfera de governo distinta, considerar-se-á a matrícula na esfera de governo da escolarização.** (Educação Infantil);
- **Quando a escolarização for única ou várias em somente uma esfera de governo, e o AEE for em esfera de governo distinta, considerar-se-á 50% da matrícula para cada esfera de governo.** (Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos fundamental, e Curso FIC integrado na modalidade EJA – nível fundamental);
- **Quando a escolarização for única ou várias em somente uma esfera de governo, e o AEE for em esfera de governo distinta, considerar-se-á a matrícula na esfera de governo da escolarização.** (Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos médio e Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível Médio);
- **Quando a escolarização for várias e em esferas de governo distintas, e o AEE for em uma única esfera de governo, considerar-se-á a matrícula na esfera de governo do AEE.** (Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos fundamental, e Curso FIC integrado na modalidade EJA Fundamental);

- AEE em Instituições Conveniadas:

- **Quando a escolarização for única ou várias em somente uma esfera de governo, e o AEE for conveniado com somente a esfera de governo da escolarização, considerar-se-á a matrícula nessa esfera de governo.** (Educação Infantil, Ensino Fundamental,

Educação de Jovens e Adultos fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos médio, Curso Técnico e Curso FIC integrados na modalidade EJA – Nível Médio e Curso FIC integrado na modalidade EJA – nível fundamental);

- **Quando a escolarização for única ou várias em somente uma esfera de governo, e o AEE for conveniado com esfera de governo distinta, considerar-se-á a matrícula na esfera de governo da escolarização.** (Educação Infantil);
- **Quando a escolarização for única ou várias em somente uma esfera de governo, e o AEE for conveniado com esfera de governo distinta, considerar-se-á 50% da matrícula para cada esfera de governo.** (Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos fundamental, e Curso FIC integrado na modalidade EJA – nível fundamental);
- **Quando a escolarização for única ou várias em somente uma esfera de governo, e o AEE for conveniado com esfera de governo distinta, considerar-se-á a matrícula na esfera de governo da escolarização.** (Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos médio e Curso Técnico e Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível Médio);
- **Quando a escolarização for várias e em esferas de governo distintas, e o AEE for conveniado com somente uma esfera de governo, considerar-se-á a matrícula na esfera de governo do convênio.** (Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos fundamental, e Curso FIC integrado na modalidade EJA – nível fundamental);
- **Quando a escolarização for várias e em esferas de governo distintas, e o AEE for conveniado com esferas de governo distintas simultaneamente, considerar-se-á 50% da matrícula para cada esfera de governo.** (Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos fundamental, e Curso FIC integrado na modalidade EJA – nível fundamental)

17. Educação Indígena e Quilombola

a) Pública - ponderação de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas em estabelecimentos públicos que oferecem Educação Indígena ou que estão localizados em comunidades remanescentes de quilombos ou em unidades de uso sustentável, inclusive, em áreas remanescentes de quilombos, urbanas e rurais, desagregados por etapa e modalidade de ensino a saber:

I. Esfera de Governo Municipal e/ou DF

- Creche em Tempo Parcial
- Pré-Escola em Tempo Parcial
- Ensino Fundamental em Tempo Parcial
- EJA Ensino Fundamental presencial

II. Esfera de Governo Estadual e/ou DF

- Ensino Fundamental em Tempo Parcial
- EJA Ensino Fundamental e EJA Ensino Médio presenciais
- Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com avaliação no processo)

- Neste segmento, por apresentarem ponderações iguais ou superiores, não estão computadas as matrículas da Creche em tempo integral (item IV.1), Pré-Escola em tempo integral (item IV.3.a), do Ensino Fundamental em tempo integral (item IV.11.a), do Ensino Médio urbano (item IV.12), do Ensino Médio no campo (item IV.13.a), do Ensino Médio em tempo integral (item IV.14) e do Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional) (item IV.15.a).

b) Conveniada - ponderação de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, de localização rural, conveniadas com o poder público municipal, estadual ou do Distrito Federal que oferecem Educação Indígena ou que estão localizados em comunidades remanescentes de quilombos ou em unidades de uso sustentável, inclusive em áreas remanescentes de quilombos, rurais, desagregados por etapa e modalidade de ensino a saber:
 - EJA Ensino Fundamental e EJA Ensino Médio presenciais
 - Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com avaliação no processo)
- Neste segmento, por apresentarem ponderações iguais ou superiores, não estão computadas as matrículas do Ensino Fundamental em tempo integral (item IV.11.b),

do Ensino Médio no campo (item IV.13.b) e do Ensino Médio integrado à Educação Profissional (item IV.15.b).

- Nos casos em que as instituições mantiverem convênios, no âmbito da EJA do Ensino Fundamental, com Estado e Município, simultaneamente, as matrículas são apropriadas no percentual de 50% para cada esfera de governo conveniente.
- Nos casos em que as instituições mantiverem convênios, no âmbito da EJA do Ensino Médio, com Estado e Município, simultaneamente, são consideradas as matrículas conveniadas com a esfera estadual de governo.

18. Educação de Jovens e Adultos com avaliação no processo

a) Pública - ponderação de 0,80 (oitenta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas: i) na Educação de Jovens e Adultos presencial com avaliação no processo, ii) curso FIC integrado na modalidade EJA – nível fundamental (EJA integrada com a Educação Profissional de Nível Fundamental) e iii) Programa Projovem; em estabelecimentos públicos municipais de Ensino Fundamental; estaduais de Ensino Fundamental e Ensino Médio; e do Distrito Federal, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, de localização urbana e rural. Por este segmento apresentar ponderação inferior, foram deduzidas deste item, as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

b) Conveniada - ponderação de 0,80 (oitenta centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas: i) na Educação de Jovens e Adultos presencial com avaliação no processo e ii) curso FIC integrado na modalidade EJA – nível fundamental (EJA integrada com a Educação Profissional de Nível Fundamental); em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, de localização rural, conveniadas com o poder público municipal, estadual ou do Distrito Federal. Por este segmento apresentar ponderação inferior, foram deduzidas deste item, as matrículas da Educação Especial (item IV.16.b), Indígena e Quilombola (item IV.17.b), sendo consideradas nesses segmentos específicos.
- Nos casos em que as instituições mantiverem convênios, no âmbito da EJA do Ensino Fundamental, com Estado e Município, simultaneamente, as matrículas são apropriadas no percentual de 50% para cada esfera de governo conveniente.
- Nos casos em que as instituições mantiverem convênios, no âmbito da EJA do Ensino Médio, com Estado e Município, simultaneamente, são consideradas as matrículas conveniadas com a esfera estadual de governo.

19. Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional de Nível Médio com avaliação no processo

a) Pública - ponderação de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) inclui:

- Soma do número de matrículas presenciais, de Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com avaliação no processo) em estabelecimentos públicos estaduais e do Distrito Federal, de localização urbana e rural. Por apresentarem ponderações equivalentes foram deduzidas, deste item, as matrículas da Educação Especial (item IV.16.a), Indígena e Quilombola (item IV.17.a), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

b) Conveniada - ponderação de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), inclui:

- Soma do número de matrículas presenciais: i) de Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com avaliação no processo); ii) curso FIC integrado na modalidade EJA – nível médio (EJA integrada com a Educação Profissional de Nível Médio) em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, de localização rural, conveniadas com o poder público estadual ou do Distrito Federal. Por apresentarem ponderações equivalentes foram deduzidas, deste item, as matrículas da Educação Especial (item IV.16.b), Indígena e Quilombola (item IV.17.b), sendo consideradas nesses segmentos específicos.

De forma resumida, tem-se o seguinte quadro geral de consideração das matrículas:

SEGMENTOS		Fator de Pond. 2018	MATRÍCULAS CONSIDERADAS											
			PÚBLICAS			CONVENIADAS								
			Por esfera de governo			Deduzidas ^(*)	Por localização		Por esfera de governo conveniente			Deduzidas ^(*)		
			Est	Mun	DF		Urbana e Rural	Rural	Est	Mun	DF			
DENOMINAÇÃO	ITEM													
Creche tempo integral pública	IV.1	1,30		X	X									
Creche tempo integral conveniada	IV.2	1,10					X				X	X		IV.16.b
Pré-Escola tempo integral pública	IV.3.a	1,30		X	X									
Pré-Escola tempo integral conveniada	IV.3.b	1,30					X				X	X		IV.16.b
Creche tempo parcial	IV.4	1,15		X	X	IV.16.a; IV.17.a								
Creche tempo parcial conveniada	IV.5	0,80					X				X	X		IV.16.b
Pré-Escola tempo parcial pública	IV.6.a	1,05		X	X	IV.16.a; IV.17.a								
Pré-Escola tempo parcial conveniada	IV.6.b	1,05					X				X	X		IV.16.b
Anos iniciais do Ensino Fundamental urbano	IV.7	1,00	X	X	X	IV.16.a; IV.17.a								
Anos iniciais do Ensino Fundamental no campo	IV.8	1,15	X	X	X	IV.16.a; IV.17.a								
Anos finais do Ensino Fundamental urbano	IV.9	1,10	X	X	X	IV.16.a; IV.17.a								
Anos finais do Ensino Fundamental no campo	IV.10	1,20	X	X	X	IV.16.a; IV.17.a								
Ensino fundamental em tempo integral	IV.11.a	1,30	X	X	X									
	IV.11.b (**)	1,30						X	X	X	X			
Ensino Médio urbano	IV.12	1,25	X		X									
Ensino Médio no campo	IV.13.a	1,30	X		X									
	IV.13.b (**)	1,30						X	X				X	
Ensino Médio em tempo integral	IV.14	1,30	X		X									
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional)	IV.15.a	1,30	X		X									
	IV.15.b (**)	1,30						X	X				X	
Educação Especial pública	IV.16.a	1,20	X	X	X	IV.1; IV.3.a; IV.11.a; IV.12; IV.13.a; IV.14; IV.15.a; IV.17.a								
Educação Especial conveniada	IV.16.b	1,20					X		X	X	X			IV.11.b
Educação Especial - AEE	IV.16.c	1,20	X	X	X		X		X	X	X			
Educação Indígena e Quilombola	IV.17.a	1,20	X	X	X	IV.1; IV.3.a; IV.11.a; IV.12; IV.13.a; IV.14; IV.15.a								
	IV.17.b (**)	1,20						X	X	X	X			IV.11.b; IV.13.b; IV.15.b
EJA com avaliação no processo	IV.18.a	0,80	X	X	X	IV.16.a; IV.17.a								
	IV.18.b (**)	0,80						X	X	X	X			IV.16.b; IV.17.b
Curso Técnico Integrado na modalidade EJA – nível médio (EJA integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com avaliação no processo)	IV.19.a	1,20	X		X	IV.16.a; IV.17.a								
	IV.19.b (**)	1,20						X	X			X		IV.16.b; IV.17.b

(*) Representa a exclusão das matrículas dos segmentos indicados na coluna, por estes possuírem maior fator de ponderação, nos quais tais matrículas passam a ser consideradas.

(**) Instituições conveniadas, de localização rural, que adotam como proposta pedagógica a formação por alternância.

Annelise Ragone de Mattos

DIRETORA DE GESTÃO DE FUNDOS E BENEFÍCIOS - SUBSTITUTA - DIGEF/FNDE

Fernanda Marsaro dos Santos

DIRETOR DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC/MEC

Heder Silva e Noronha

DIRETOR DE ARTICULAÇÃO E EXPANSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC/MEC

Maria das Graças da Silva

DIRETORA DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE, ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SECADI/MEC

Rita Gomes do Nascimento

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - SECADI/MEC

Patrícia Neves Raposo

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - SECADI/MEC

Daniel de Aquino Ximenes

DIRETOR DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SECADI/MEC

Raph Gomes Alves

DIRETOR DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL - SEB/MEC

Renilda Peres de Lima

DIRETORA DE APOIO ÀS REDES DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB/MEC

Maria Alice Carraturi Pereira

DIRETORA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB/MEC

[1] Republicada no Diário Oficial da União nº 224, de 24.11.2015, Seção 1, página 14, por incorreções no original, e retificada pela Portaria MEC nº 1.344, de 30.11.2016, publicada no DOU nº 230, de 01.12.2016, Seção 1, página 44.

[2] Pedagogia de Formação por Alternância é aquela em que o projeto político pedagógico da escola contempla os princípios da alternância formativa, que possibilite a formação integral do educando, que alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio (tempo comunidade), com períodos na escola (tempo escola), estando esses tempos integrados por instrumentos pedagógicos específicos e pela associação de forma harmoniosa entre família e comunidade. É uma ação pedagógica que visa à formação, inclusive para o prosseguimento de estudos, e que contribua positivamente para o desenvolvimento rural integrado e autossustentável, particularmente naquelas regiões/localidades em que prevalece a agricultura familiar (Resolução CNE/CEB nº 01/2006).

[3] De modo a atender o mandamento do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, em seu artigo 4º que diz: "Para fins deste Decreto, considera-se Educação Básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares, observado o disposto no art. 20 deste Decreto" serão consideradas as seguintes situações relativas ao Ensino Fundamental e Médio:

a) Matrículas dos alunos que tenham, concomitantemente, pelo menos um vínculo na escolarização e outro em Atividade Complementar, na mesma rede e mesmo município, desde que, somada a carga-horária das matrículas e feita a média para 5 dias da semana, o resultado alcance o mínimo de 7 (sete) horas diárias. Nos casos de alunos que tenham concomitantemente mais de um vínculo de escolarização e outro de atividade complementar, na mesma rede e mesmo município, será fator de soma a escolarização de maior duração. Se as escolarizações possuírem a mesma duração será considerado o segmento de maior ponderação.

b) Matrícula única na escolarização e, concomitantemente, matrícula de Atividade Complementar em redes públicas distintas (municipal e estadual) no mesmo município, desde que, somada a carga-horária das matrículas e feita a média para 5 dias da semana, o resultado alcance o mínimo de 7 (sete) horas diárias.

c) Se houver mais de uma matrícula na escolarização em redes distintas, considerar-se-á a matrícula de Atividade Complementar da mesma rede e do mesmo município, desde que, somada a carga-horária das matrículas e feita a média para 5 dias da semana, o resultado alcance o mínimo de 7 (sete) horas diárias.

Documento assinado eletronicamente por **ANNELISE RAGONE DE MATTOS**,



Coordenador(a)-Geral da CGFSE, em 18/12/2018, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).

Documento assinado eletronicamente por **RENILDA PERES DE LIMA, Usuário**



Externo, em 18/12/2018, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA, Usuário**



Externo, em 18/12/2018, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).

Documento assinado eletronicamente por **RITA GOMES DO NASCIMENTO, Usuário**



Externo, em 18/12/2018, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE AQUINO XIMENES, Usuário**



Externo, em 18/12/2018, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º,

§§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALICE CARRATURI PEREIRA, Usuário Externo**, em 18/12/2018, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAPH GOMES ALVES, Usuário Externo**, em 18/12/2018, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA NEVES RAPOSO, Usuário Externo**, em 18/12/2018, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARSARO DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 20/12/2018, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **HEDER SILVA E NORONHA, Usuário Externo**, em 20/12/2018, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fnde.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1184701** e o código CRC **752D19F7**.